

42º Encontro Anual da ANPOCS
GT 13 – Gênero, trabalho e Família

**EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO DE MULHERES TITULARES
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SÃO PAULO**

Brenda Rolemberg de Lima

Caxambu, outubro de 2018

Experiências de trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres titulares do Programa Bolsa Família em São Paulo

Brenda Rolemberg de Lima¹

Resumo: Este trabalho visa produzir observações sobre as experiências de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres titulares do Programa Bolsa Família (PBF) no município de São Paulo. Com isso, trata-se de investigar tanto o modo como ocorre a inserção, exclusão, permanência e ausência dessas mulheres no mercado de trabalho formal e informal, como o papel que desempenham as obrigações domésticas e familiares no cotidiano dessas mulheres. Como escopo teórico, figura tanto a produção acadêmica já existente sobre mulheres, pobreza e trabalho, como também sobre a utilização dos papéis de gênero e da matricialidade feminina na instituição familiar pelas políticas sociais. Apresenta-se o resultado parcial de pesquisa de mestrado fomentada pelo CNPq, em que quinze mulheres titulares do programa foram entrevistadas, de modo semiestruturado e segundo a técnica qualitativa dos relatos de vida. Este trabalho consiste, assim, no esforço de análise de categorias possíveis de serem construídas, a partir da intersecção de eixos como escolaridade, trabalho produtivo, trabalho reprodutivo e Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: mulheres; trabalho; Programa Bolsa Família; estudos urbanos.

Introdução

O imbricamento das relações sociais de sexo, raça e classe é essencial para se pensar a pobreza no Brasil, detentora de um perfil majoritariamente composto por mulheres, negras, de baixa escolaridade e moradoras das periferias dos centros urbanos. De acordo com os dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher de 2013, 26,6% das famílias chefiadas por mulheres estariam em situação de pobreza, percentual este que se eleva para 32% quando consideradas as famílias chefiadas por mulheres negras (BRASIL, 2013). Em 2011, 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganhavam até

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP). Endereço eletrônico: brendarolemberg@gmail.com.

um salário mínimo, sendo a média de rendimento R\$ 491 – em um cenário em que famílias lideradas por homens brancos recebiam em torno de R\$ 997 (IPEA et al., 2011).

Nesse contexto, o trabalho é fator de notória relevância, à medida que o rendimento dele proveniente compõe a maior parte da renda das famílias brasileiras: segundo Soares (2010), em 2009, os rendimentos do trabalho respondiam por 72,6% do total da renda domiciliar *per capita* das famílias brasileiras. Entretanto, pensar a categoria trabalho, quando relacionada às mulheres, demanda a consideração não apenas do trabalho em meio produtivo, como também o trabalho relacionado à reprodução da vida social, historicamente declinado no feminino.

A divisão sexual do trabalho, ao separar e hierarquizar o tempo e espaço do trabalho entre homens e mulheres, delegou a execução não remunerada do trabalho doméstico e de cuidados às mulheres no âmbito familiar (KERGOAT, 2009). Esse tipo de trabalho se baseia nas relações afetivas da família e na “disponibilidade” materna e conjugal das mulheres e indica a captação do tempo dessas mulheres pela produção do viver (HIRATA; ZARIFIAN, 2009). O trabalho doméstico, largamente invisibilizado dentro da lógica produtivista, na qual se criou uma forte identificação entre trabalho e emprego (CARRASCO, 2009), operou, em verdade, um papel central ao desenvolvimento do modelo de produção capitalista, uma vez que permite a absorção dos custos de manutenção e reprodução dos trabalhadores (MILKMAN, 1987).

No Brasil, a responsabilização da mulher pelo trabalho doméstico não remunerado segue predominante. De acordo com o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça divulgado em 2017, 91% das mulheres alegaram, no ano de 2015, realizar atividades domésticas, dedicando uma média de 24,4 horas semanais para o feito – em contraste, para os homens, esse percentual foi de 53%, com dedicação de não mais de 10 horas semanais para a realização de afazeres domésticos (IPEA; ONU MULHERES, 2017).

Tais dados reafirmam um fato já apontado pela literatura sociológica sobre trabalho feminino, segundo a qual o crescimento da presença feminina no mercado de trabalho não modificou de forma substantiva a divisão do trabalho doméstico (HIRATA, 2002). Pelo contrário, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, especialmente a partir dos anos 1970, teve como efeito a intensificação do trabalho feminino, à medida que se tornavam sobrecarregadas pela soma do trabalho produtivo e reprodutivo (HIRATA,

2009). Para as mulheres, assim, as esferas da vida – privada, assalariada, política – representam a multiplicação dos limites temporais entre trabalho doméstico e profissional, que se acumulam e se articulam (HIRATA; ZARIFIAN, 2009).

Entre as mulheres mais pobres, o acúmulo de trabalho produtivo e reprodutivo se faz mais acentuado. Ao contrário do que ocorre entre as mulheres de classes médias e altas, cuja permanência no mercado de trabalho foi, em grande parte, viabilizada pela externalização do trabalho doméstico e de cuidados (HIRATA; KERGOAT, 2007), as mulheres mais pobres tendem a assumir uma maior carga de trabalho doméstico. Além disso, os baixos níveis de escolarização, frequentes entre essas mulheres, tende a alocá-las nas posições menos prestigiadas e menos protegidas do mercado de trabalho.

Este, por sua vez, já traz em si uma gama de desvantagens às mulheres, especialmente em relação às mulheres negras e pobres: segundo Cattaneo e Hirata (2009), a própria lógica da divisão sexual do trabalho teria empurrado para as mulheres empregos precários, trabalho de tempo parcial e horários flexíveis, acentuando as desigualdades nas condições de trabalho, emprego e saúde entre os sexos – em nome de uma suposta conciliação da vida familiar com a vida profissional das mulheres. A manutenção da diferença salarial – não superada até os dias atuais –, por sua vez, teria sido legitimada a partir do argumento de que o salário, para as mulheres, assumiria o caráter de “renda complementar”.

É nesse contexto que o estudo das experiências de trabalho produtivo e reprodutivo entre as mulheres pobres se justifica, uma vez que permite o entendimento de quais são as condições materiais que decorrem da pobreza e quais implicam sua perpetuação. No caso deste trabalho, há mais uma variável em análise, visto que se trata não apenas de mulheres pobres, mas de mulheres em posição de titularidade do Programa Bolsa Família no município de São Paulo.

Como se sabe, o Programa Bolsa Família consiste em uma política social, de iniciativa do governo federal, que transfere mensalmente um valor monetário a famílias pobres (atualmente consideradas aquelas com renda familiar mensal *per capita* entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00) e extremamente pobres (renda familiar *per capita* de até R\$ 89,00

mensais)², sob a condição de cumprirem condicionalidades na área da saúde e da educação. As famílias recebem a soma de benefícios de diferentes tipos previstos pelo PBF, sendo que o valor total do aporte financeiro transferido depende da composição (número de pessoas, idades, presença ou não de gestantes etc.) e da renda familiar (MDS, 2015).

Seu funcionamento, todavia, é altamente dependente da figura da mulher, geralmente no papel de mãe dentro do agrupamento familiar. Conforme previsto pela própria lei que institui o programa, a Lei Federal nº 10.836/2003, há uma preferência de que seja a mulher, dentro do núcleo familiar, que assuma a titularidade do programa. Ao ser incluída no PBF, a mulher é tomada como representante do grupo familiar, sendo este materializado simbolicamente pela presença da mulher (MARIANO; CARLOTO, 2009).

Assim, são as mulheres que assumem, via de regra, a responsabilidade pelo recebimento do benefício, o que implica não apenas a comprovação de renda dentro dos critérios de elegibilidade, como também a comprovação mensal de frequência escolar mínima de 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, de vacinação para crianças menores de 7 anos e de acompanhamento pré-natal no caso de gravidez (MDS, 2015).

O direcionamento preferencial da titularidade da política à mulher dentro dos núcleos familiares é parte não é, todavia, inaugurada pelo Programa Bolsa Família. Pelo contrário, segue o encaminhamento do conjunto dos “novos” programas sociais estabelecidos na América Latina a partir da década de 1990, que tomaram o gênero/sexo feminino é ponto de convergência dentro da noção de matricialidade sociofamiliar. Esta estabelece a centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade das ações e serviços da política de assistência social, sendo preconizada, no Brasil, pela LOAS e, posteriormente, pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (SANTOS, 2016).

Por sua vez, no contexto em que a família é a unidade de intervenção, a mulher, entendida como mãe e como responsável pelo cuidado familiar a figura da mãe surge como a da pessoa responsável pela execução das orientações recebidas, sendo fundamental para o sucesso de tais políticas de proteção social (SANTOS, 2016). A matricialidade

² É interessante notar que o PBF oferece o recorte socioeconômico mais restrito que o do próprio IBGE: enquanto este entende como pobres pessoas que participam de conjuntos familiares cuja renda familiar *per capita* seja inferior a ¼ do salário mínimo, para aquele o limite de renda para ser considerado pobre é de R\$ 178 por pessoa.

sociofamiliar teria por consequência, dessa forma, não apenas a centralidade da família, mas a centralidade da mulher-mãe (CARLOTO, 2006).

A centralidade da mulher, peça-chave no Programa Bolsa Família, não é tema pacífico dentro da discussão sobre os efeitos do programa. E é nesse cenário que encontram particular relevância os estudos sobre autonomia socioeconômica das mulheres dentro do PBF, que tendem a polarizar em, pelo menos, dois sentidos: os primeiros apontam, sobretudo, para o impacto positivo da política sobre as mulheres titulares, em termos de liberdade pessoal e inserção produtiva, enquanto os segundos seguem uma linha crítica em relação à atribuição de condicionalidades às mulheres, o que reforçaria não apenas seus papéis tradicionais, como a própria situação de pobreza.

Rego e Pinzani (2014), avaliam de forma positiva os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a autonomia individual de suas beneficiárias. Ao conduzirem entrevistas em localidades com altos índices de pobreza, os autores sustentam que a experiência do Bolsa Família, ao fornecer um rendimento regular para as mulheres, que, em sua pesquisa qualitativa, encontrariam-se quase sempre em situação de submissão familiar e/ou de desemprego crônico, incutiria nas beneficiárias uma percepção de maior liberdade pessoal e de maior respeitabilidade na vida local. Em relação à destinação preferencial do benefício às mulheres, indicam que as mulheres julgariam melhor o benefício estar em seu nome do que em nome do marido, pois seriam as mulheres que “cuidariam melhor” do dinheiro, saberiam mais do que a família teria necessidade e seriam capazes de realizar compras mais econômicas.

Libardoni (2008), ao analisar a relação das desigualdades de gênero com o PBF em âmbito nacional, corrobora o entendimento acerca da conquista de respeitabilidade e cidadania para as mulheres titulares do programa. Segundo a autora, o mero fato de saírem do isolamento social para tirarem documentos civis para se inscreverem no PBF já seria capaz de lhes conferir a sensação de visibilidade social. A abertura para maiores possibilidades de consumo também é sinalizada pela autora, à medida que o recebimento do benefício monetário pelas mulheres as permitiria fazer escolhas e negociar sua autoridade no âmbito doméstico.

Por outro lado, Santos (2016) afirma que o reforço dos papéis sociais atribuídos às mulheres estaria assentado justamente no fato de se naturalizar a credibilidade das

mulheres como mais “responsáveis” pelo cuidado familiar. Para a autora, seria necessário partir de um olhar crítico sobre as relações sociais de gênero estabelecidas pelos “novos” programas sociais, nos quais se enquadra o PBF, em que a base comum seria dada pela combinação de uma gestão sexuada, fundamentada na divisão sexual do trabalho, e na funcionalização das mulheres pobres.

Carloto e Mariano (2010) também apontam para a instrumentalização de papéis femininos por políticas como o Programa Bolsa Família, no sentido de contribuir para sua eficácia e eficiência, uma vez que a mulher seria percebida tão somente enquanto mãe e identificada como única responsável pela família. Para as autoras, seria necessário avaliar cuidadosamente as análises que consideram a titularidade do benefício pelas mulheres como um indicador de autonomia, pois, do contrário, o que se verificaria seria um aumento da responsabilidade das mulheres no âmbito doméstico. Em outro registro, Carloto e Mariano (2008), discorrem sobre a sobrecarga que a participação nos programas de transferência de renda acarreta para as mulheres-mães, que são responsabilizadas por todos os processos de inclusão, permanência e exclusão. A responsabilização dessas mulheres teria por efeito sua culpabilização pelo não cumprimento das condicionalidades e subsequente penalização, com a perda do benefício.

A conquista da autonomia econômica pelas mulheres titulares do PBF também é um ponto em que há contrassenso. Por um lado, algumas pesquisas teriam verificaram um aumento na participação mercado de trabalho para os beneficiários adultos, especialmente mulheres. Em uma dessas pesquisas, estimou-se que haveria uma participação 2,6% maior como efeito do programa, sendo que este efeito é 4,5% maior para mulheres quando comparado aos homens (OLIVEIRA et al., 2007). Um segundo estudo, por sua vez, diagnosticou que teria ocorrido um aumento na ordem de 5,6% da procura de emprego pelas mães que passam a ser beneficiárias do PBF (TAVARES, 2010).

Por outro lado, a Avaliação de Impacto do Bolsa Família II (AIBFII) constatou que, com relação à participação feminina no mercado de trabalho, as mulheres beneficiárias apresentariam menor taxa de ocupação que as não beneficiárias (JANNUZZI e PINTO, 2013). Sorj e Fontes (2010), analisando dados longitudinais das PNADs, concluíram no mesmo sentido: as mulheres beneficiadas pelo PBF possuíam taxas de participação, jornada de trabalho e salários mais baixos do que as mulheres não beneficiadas.

As autoras destacam a pouca atenção que teria sido conferida às experiências das mulheres, cujo protagonismo só teria sido atribuído em decorrência do seu papel familiar. O Programa Bolsa Família pouco influenciaria a tomada de decisão das mulheres sobre a sua participação ou não no mercado de trabalho e não resultaria em ocupações de melhor qualidade, o que desestimularia o incremento de sua autonomia individual. Além disso, o programa teria caminhado em sentido contrário ao da politização da atribuição dos cuidados da família às mulheres, relegando a segundo plano o “papel que a educação infantil pode desempenhar na articulação entre trabalho e responsabilidades familiares, de modo a favorecer a inserção das mães no mercado de trabalho” (SORJ e FONTES, 2010, p. 63).

É em meio a esse debate que surge a presente pesquisa, que se pergunta pelas experiências de trabalho das mulheres titulares do Programa Bolsa Família em São Paulo no intuito de se compreender de que modo mulheres responsáveis pelo PBF percebem a forma como renda, família e trabalho se relacionam. Intenta-se apreender como se dá o acesso dessas mulheres à esfera da produção, em que medida atuam no mercado de trabalho para a conformação da renda familiar, que elementos compõem essa renda e como o benefício do PBF integra essa realidade.

Do mesmo modo, visa-se compreender como o trabalho reprodutivo se faz presente na vida dessas mulheres, em que medida afeta a relação com o trabalho produtivo e quais são algumas das subjetividades que permeiam esse universo. Trata-se de trazer à compreensão como, nas narrativas das mulheres entrevistadas, entrecruzam-se as experiências de trabalho ocorridas no mercado de trabalho formal e informal com o trabalho desenvolvido em âmbito doméstico, que engloba tarefas de organização do lar e cuidados intrafamiliares.

Uma vez que as atividades laborais que essas mulheres desempenham não parecem, por si só, favorecer a saída da condição de pobreza, interessa-nos compreender qual é o papel que o PBF exerce nessa realidade, enquanto política de transferência de renda condicionada. E, nesse ponto, há que se considerar ao menos duas facetas proporcionadas pelo programa: i) a partir do complemento de renda que ele oferece às famílias cadastradas, dinheiro este que é recebido e gerido, via de regra, pela mulher titular do programa, e; ii) a partir das condicionalidades que são impostas à titular do benefício e que determina a continuidade ou não do recebimento do valor monetário.

Metodologia

A metodologia deste trabalho é qualitativa e consistiu em entrevistas semiestruturadas a quinze mulheres titulares do PBF moradoras de diferentes regiões da cidade de São Paulo. A escolha do uso da técnica de entrevistas semiestruturadas foi feita devido à possibilidade de alcançar um maior número de mulheres e encontrar diferentes narrativas de vida e experiências de trabalho. O modelo semiestruturado também permite uma maior flexibilidade nas respostas, algo que não ocorre em pesquisas fechadas, em uma dinâmica na qual a pessoa entrevistada pode se sentir mais à vontade para compartilhar detalhes de eventos e processos específicos.

Assim, com base em um roteiro de pesquisa qualitativa previamente elaborado, foram levantados questionamentos referentes à identificação da mulher entrevistada (dados relativos a nome, idade, estado civil, se tem ou não filhos, números de residentes na casa e tempo de Bolsa Família), sobre as experiências laborais no mercado de trabalho formal e informal que tiveram ao longo da vida, sobre a questão dos serviços doméstico e deveres de cuidado dentro da família, sobre a trajetória escolar e sobre a relação dessas mulheres e de suas famílias com o Programa Bolsa Família. As entrevistas ocorreram entre em agosto e dezembro de 2017, em equipamentos administrados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, após obtenção de autorização institucional.

As entrevistas são baseadas no método qualitativo do “relato de vida” (ou narrativa de vida), proposta por Daniel Bertaux (1997), e que consiste em uma entrevista narrativa, na qual o pesquisador pede para o sujeito contar sua experiência vivida, total ou parcialmente. Há o interesse que o entrevistado se engaje no ato de relatar um momento de sua vida, visando-se estudar um fragmento particular da realidade sócio histórica desse sujeito, compreender o modo como ele funciona e se transforma (BERTAUX, 1997).

Partindo de tal perspectiva metodológica, não se objetiva a captura da totalidade da vida das mulheres entrevistadas, tampouco persegue a conformação de uma “verdade” imóvel e universal. Ao contrário, interessa resgatar a subjetividade nas mulheres titulares do PBF em São Paulo, a maneira como interpretam e transmitem suas experiências de trabalho produtivo e reprodutivo, bem como as justificativas que conferem a suas ações e escolhas em determinados momentos da vida. Neste *paper*, apresenta-se o resultado parcial obtido a partir dessas entrevistas.

Entre família e trabalho: conciliações possíveis

Dentre as quinze mulheres entrevistadas, um perfil médio se delineia: são mulheres majoritariamente negras, com mais de trinta anos, com filhos e baixa escolaridade (onze das quinze não chegaram a cursar ou completar o ensino fundamental). Em relação à presença ou não de cônjuge, observou-se uma divisão: oito delas declararam estar casadas, enquanto sete seriam solteiras, viúvas ou separadas. A renda familiar é, em geral, composta por uma pluralidade de fontes: além de trabalho de algum ou alguns membros da família e do complemento conferido pelo PBF, observou-se, com frequência o recebimento de “ajudas” monetárias vindas de família, amigos ou igreja.

Quando das entrevistas, a maior parte dessas mulheres não estava empregada (apenas três tinham emprego) e metade delas exerciam atividades entendidas como “bicos” pela irregularidade da prática e da renda obtida. Dentre as ocupações que declararam ter desempenhado durante a vida, possui espaço destacado as atividades remuneradas relacionadas à reprodução da vida familiar, tal como o serviço doméstico (empregadas e diaristas) e de cuidados (babás e cuidadoras de idosos).

1. Escola e trabalho *versus* casamento e maternidade

Um primeiro aspecto de forte relevância observado diz respeito ao modo como, em diversos casos, a esfera da produção se choca com a esfera da vida reprodutiva de modo mutuamente excludente. A declaração de Valeska (34 anos, negra, casada, 3 filhos), cujo casamento foi motivo para afastamento dos estudos, ilustra essa situação:

“Parei no oitavo ano, quando engravidei do meu de 15 anos. Quando eu voltei, eu ainda fiquei uns 6 meses em casa e voltei a estudar. Quando eu voltei a estudar, o pai dele [seu primeiro marido] me tirou da escola. Aí tive que ficar em casa [...] até ele completar 12 anos.

[...]

Eu tentei voltar pra escola, mas aí ele foi e me tirou. Comecei a estudar numa escola perto de onde a gente morava, aí ele foi, barrou e tive que sair. Aí na outra escola que eu estudei, [ele] barrou e tive que sair também. Tive que parar duas vezes. Aí eu vi que não tinha mais jeito.”

O dever de cuidado com a casa e com os filhos também aparece como motivo predominante para afastamento em relação ao mercado de trabalho, situação

relatada por nove entrevistadas. Assim, nos casos em que a mulher já estava inserida no mercado de trabalho, o casamento implicou sua retirada. Já nos casos em que a mulher não desempenhava trabalho produtivo, o casamento implicou no não contato com o mercado de trabalho. Nice (47 anos, branca, casada, 3 filhos), que trabalhava na metalurgia desde os 16 anos, relata:

“Aí quando eu fui morar com o meu marido, ele era feirante, ele não ganhava mal e ele falou pra mim que não era pra mim trabalhar. E eu besta fui na conversa, porque se eu tivesse continuado a trabalhar, hoje eu estaria aposentada, né. Aí eu fiquei grávida da minha filha de 24 anos, não trabalhei mais, aí ficou parada a minha carteira, né. Eu deveria ter feito ele pagar também [o INSS]. Não fiz por falta de sabedoria. E ele é feirante ate hoje, desde criança.”

O desejo do cônjuge de que a mulher permaneça afastada do trabalho para cuidar dos filhos e da casa também é informada pelo sentimento de “ciúmes” que este expressa. No caso de Gabriela (24 anos, negra, separada, 4 filhos), ela não apenas ficou impossibilitada de retomar os estudos ou o trabalho após a gravidez e casamento, como também sequer poderia sair de casa: “aí eu não trabalhava mais, porque eu não podia sair de casa, porque o meu marido não deixava. Só depois que eu me separei dele que eu voltei a trabalhar”. Laila (28 anos, negra, casada, 4 filhos), por sua vez, está no segundo casamento, e relata que, durante grande parte do primeiro casamento, não pode trabalhar, especialmente porque o marido exigia que ficasse em casa cuidando dos filhos:

“Quando eu era casada com o meu ex-marido ele não fazia nada, até o copo eu tinha que pegar da mão dele... era muito, muito ruim. E outra, ele não me deixava sair, não deixava eu conversar com ninguém. Até o portão era todo fechado, pra mim sair, eu tinha que sair escondida. Ele ia trabalhar era duas horas da tarde, aí quando dava meia hora eu saía. E quando dava 7, 8 horas da noite eu voltava pra casa, que era a hora que ele ligava. Eu tinha que estar em casa quando ele ligava, porque ele ligava pra casa e ligava para o celular. Aí eu tinha que estar em casa pra mim atender. Eu não vivia, eu vegetava.”

2. A exclusão da esfera produtiva

Assim, além da dificuldade de conciliação entre esfera produtiva e reprodutiva decorrente do casamento, que ocasiona a exclusão dessas mulheres do mercado de trabalho, outras razões se destacam como motivos de afastamento. Uma delas é dada pelo agravamento de doenças, especialmente com o decorrer do tempo gasto em atividades repetitivas. No caso de Jurema (44 anos, negra, viúva, 3 filhos), ela era o pilar de sustentação financeira da família, até que adoeceu. Como o marido era alcóolatra, sempre precisou trabalhar fora para sustentar a família. Trabalhou por dezenove anos como vendedora em lojas, com registro em carteira de trabalho. Estava afastada do trabalho por licença médica, mas, em janeiro de 2011, a empresa decretou falência e fechou as portas. A partir de então, não conseguiu mais trabalhar. A doença progrediu e hoje relata esquecimentos frequentes, a ponto de não poder ficar sozinha e não conseguir auxiliar nas tarefas da casa. Em suas palavras,

“Já tentei aposentadoria e não consegui, tentei inclusive [entrar com] recurso, mas não consegui. Aí meus filhos que me ajudam em casa, nas tarefas da casa. Tem coisas que eles não me deixam fazer por conta do problema do esquecimento. Aí minha menina mais nova estuda a tarde e a mais velha, a noite, por causa do neném. Porque é a mais nova que cuida do bebê para a mais velha, porque não posso ficar eu mesma... nem pra isso eu tô servindo, pra você ver.”

Já Roseli (38 anos, negra, separada, 6 filhos) tentava prolongar ao máximo sua permanência no novo cargo de auxiliar de limpeza, porém essa tarefa se dificultava à medida que seus problemas de saúde se agravavam:

“Eu comecei a trabalhar, mas já tô saindo. Ainda nem completei os 3 meses, mas eu tô saindo porque tenho problema de saúde. Tenho problema de diabetes, meu diabetes tá muito forte e aí eu tenho que entrar em tratamento. Ontem mesmo eu passei mal.”

Relata que estava tendo muita dificuldade em cumprir a jornada de trabalho e que sentia que precisaria parar. Dentre as razões pelas quais sente dificuldade em continuar no emprego, aponta para o desgaste físico que o tipo de trabalho que exerce impõe. E, pelo fato de seu salário ser a principal fonte de renda de sua família, a ideia de sair do emprego a preocupa demasiadamente. Diz:

“lá o serviço é muito atarefado e a gente gasta muito o físico, é muita energia... aí eu me sinto fraca demais. Ontem mesmo eu fui no médico e fiz um monte de exames, fiquei internada. E hoje eu tô aqui fraca, fraca, toda doída. E mesmo assim, se eu parar, quem é que vai sustentar os meus filhos?”

O desenvolvimento de problemas de saúde por parte de membros da família e o dever de cuidado assumido pelas entrevistadas também são outros motivos para sua saída do mercado de trabalho. Cláudia (48 anos, negra, separada, 3 filhos), que já havia se afastado temporariamente de seu emprego de recepcionista de consultório dentário, no ano de 2009, para tratar um câncer. Acabou sendo demitida seis meses após ter retornado ao trabalho e passou a se dedicar ao cuidado de sua mãe, que sofria de uma enfermidade cardíaca que se agravava progressivamente. Relata que, por se dedicar integralmente aos cuidados de sua mãe até seu falecimento, em 2016, ficou afastada por sete anos do mercado de trabalho – razão pela qual afirma ter, hoje, dificuldades para reingresso.

Por sua vez, Olívia (31 anos, negra, separada, 2 filhos) diz ter precisado abandonar o trabalho para cuidar do filho, que, apesar da pouca idade (10 anos), já enfrentava problemas relacionados ao uso de drogas, o mesmo problema que acometia o pai de seus filhos, seu ex-marido. Justifica:

“Por causa do meu filho, sim, é prioridade, né, é algo que eu vou ter pro resto da minha vida, então assim, meu dever como mãe é cuidar e zelar por eles. Então, se tem alguma coisa que não tá legal e que eu possa modificar alguma coisa na minha vida pra mim me empenhar mais a eles, com certeza, não pensaria duas vezes... se eu tivesse que... se voltasse no tempo e eu tivesse que tomar a mesma atitude da mesma forma eu tomaria a mesma atitude, eu sairia do serviço pra mim cuidar dos meus filhos.”

Já em relação ao desemprego³ que acomete as entrevistadas, é possível destacar como principal razão aventada o dever de cuidado com os filhos e a dificuldade em se encontrar emprego quando se tem filhos pequenos. Gabriela relatou estar desempregada desde 2014, quando engravidou de seu terceiro filho. Conta que depois que ele nasceu,

³ Por desemprego, entendemos não àquelas que por quaisquer razões se afastaram do mercado de trabalho e não pensam em retorno, mas sim aquelas em idade ativa que não se encontram empregadas, apesar de buscarem emprego.

procurou emprego, mas sem lograr sucesso: “eu tava procurando, agora não, mas eu procurei bastante, até o início da gravidez, mas não achei não”.

Dentre as dificuldades na busca por emprego, Gabriela destaca o preconceito como elemento-chave: “é difícil de arrumar emprego quando você tem filho, tem serviço que nem entra, que eles nem chamam pra entrevistar”. Isso porque, mesmo com os filhos matriculados em creche e escola, a maternidade continua sendo um obstáculo nessa busca. A dificuldade de encontrar emprego na região que mora também é uma limitação presente em seu relato, uma vez que todos os empregos que já teve ou que encontrou em sua busca eram em áreas distantes – o que, quando se mora em uma região como o extremo-sul de São Paulo, pode implicar em um trajeto de mais de três horas para ir e voltar do trabalho.

3. A inclusão na esfera produtiva

Ao se pensar na inclusão dessas mulheres na esfera produtiva, observou-se experiências marcadas pelo trânsito pelos mundos de trabalho formal e informal. Um dos fatores que exemplificam essa passagem se dá na transição ocupacional para posições de trabalho menos protegidas por direitos e que demandam menor escolaridade e menor qualificação profissional. Este é o caso de Cláudia, que havendo sido metalúrgica por duas décadas, não encontrou mais emprego na área após ser demitida da última empresa que trabalhou nesta ocupação.

A transição ocupacional para posições de trabalho menos protegidas também foi vivenciada por Nice, que trabalhou no setor fabril de metalurgia por quase dez anos. Entretanto, após a última empresa que trabalhou fechar por falência, há sete anos, não encontrou mais emprego na área. Ela, já com 40 anos de idade, conseguiu emprego apenas em uma empresa de serviços de limpeza terceirizados, ramo em que está até hoje. Quando perguntada sobre as razões pela qual a busca de posições no setor metalúrgico não resultou em emprego, responde:

“Eu tenho tentado arranjar emprego como metalúrgica, mas o que acontece é que nessa época de 1990, 1992, não pedia colegial e hoje tudo eles estão pedindo terceiro colegial. Isso aí me atrapalhou muito. Eu tinha a experiência e não tinha estudo.”

No caso de Nice é possível falar, inclusive, em uma perda de capital de qualificação, uma vez que sua reinserção no mesmo ramo se torna impossível à medida que se eleva a qualificação demandada para tal ocupação profissional. Apesar de estar em uma ocupação formal, não apenas trabalha em uma função para a qual se exige pouca qualificação, como é terceirizada.

A figura dos “bicos” é frequentemente apontada como forma de driblar o desemprego. O “bico” é uma forma de garantir renda familiar, ainda que de maneira menos estável do que em um emprego fixo. Observou-se que não apenas as mulheres desempregadas, contudo, valem-se dos bicos como forma de geração de renda. No caso de Nice e Roseli, embora empregadas, os bicos aparecem como uma forma de complementação da renda familiar, realizado nos espaços das jornadas de trabalho que desempenham cotidianamente.

Já no caso de Olívia, desempregada desde janeiro de 2017, a venda de cosméticos por catálogo surge como estratégia de obtenção de renda: “é a renda que eu tenho no momento para estar sustentando os meus filhos”. Conta que começou a vender cosméticos como uma tentativa de incrementar a renda há pouco tempo:

“Ah, já tem umas duas semanas, umas três semanas que eu peguei a revista pra eu vender, então assim, não sei bem o resultado ainda porque eu to começando, mas é uma tentativa, entendeu? A gente tem que tá tentando. Desistir nunca, sempre tentar.”

Além disso, a informalidade nas relações de trabalho é marca de muitas das trajetórias narradas. Os trabalhos voltados para a reprodução da esfera doméstica costumam estar mais atrelados à informalidade. Valeska, por exemplo, relata que, por ter se casado muito jovem e pelo fato de seu primeiro marido resistir à sua busca por emprego, apenas começou a trabalhar após sua separação, como cuidadora de idosos. Embora tenha trabalhado para várias famílias, por mais ou menos tempo, este trabalho sempre ocorreu aparte de qualquer formalização. Sobre a rotina de trabalho, diz que envolvia um variado leque de atividades, não restrito apenas às tarefas de cuidado com o idoso, englobando também serviços domésticos: “Tudo o que você imagina: banho, comida, trocava, tudo, tudo, tudo. Pegava, ligava pra aquele táxi acessível, aí ele saía pra passear... tudo. E cuidava dos meus filhos ainda... da casa e dos filhos”.

No caso de Gabriela, por sua vez, a informalidade se manifestou em ocupações diferentes pelas quais passou. Apesar de ter trabalhado em diversos empregos, conta que em nenhum deles foi registrada: “Era só bico, meu. De carteira assinada não teve nenhum. Já trabalhei em empresa, restaurante, não era fixo... em loja”. Já Laila trabalhou em diferentes casas como diarista e, na maior parte das vezes, informalmente. A informalidade foi, inclusive, razão para ter migrado, já adulta, de seu estado natal, a Bahia, em busca de melhores oportunidades de emprego. Em São Paulo, a expectativa pelo registro em carteira, não se realizou na maior parte de suas experiências, apesar de ter obtido melhores remunerações que em sua terra natal. Ao chegar na cidade, trabalhou como diarista em um condomínio por um ano e meio. Após essa experiência, trabalhou em diversas casas, apenas sendo registrada na casa de uma senhora, na qual permaneceu por oito meses e para a qual trabalhava três vezes por semana.

4. A casa: obrigações de cuidado, afazeres domésticos e Bolsa Família

No caso das mulheres entrevistadas neste trabalho, observou-se que a elas pertence a maior parte dos afazeres domésticos. Em alguns casos, há ao compartilhamento dos afazeres com o marido, entretanto, essa participação é residual; a “chefia” do lar e da organização das atividades é feminina. Além dos serviços domésticos, o cuidado intrafamiliar, com filhos e outros familiares, também é função assumida pelas entrevistadas. Odete (56 anos, negra, casada, 5 filhos), mesmo com problemas de saúde, assume em tempo integral os cuidados da irmã mais velha, de 61 anos, aposentada com problemas psiquiátricos: “ela não pode nem andar sozinha. Eu tô tomando conta dela até quando eu puder. Quando não puder, pego uma pessoa pra tomar conta dela”.

A permanência das filhas mulheres que engravidam e que continuam sob o cuidado das entrevistadas também é observada. Jurema diz: “Minha filha de 16 anos ficou grávida e teve uma bebezinha, aí não trabalha, porque não consegue, né, largou os estudos também” – fato que revela, em algum grau, a proximidade da trajetória da filha com a de entrevistadas cuja a gravidez foi motivo para a interrupção dos estudos. Já Roseli, ao falar da filha, defende que:

“é minha função criar, eu não joguei no mundo. Que nem agora tem a minha netinha, não joguei na rua também, tá lá em casa. Fui eu que

consegui as coisinhas pra ela vir para o mundo. O pai da menina foi embora, dizem que ele tá lá no Rio. Agora falta registrar, a menina já tá com 20 dias. [...] Ela não pode registrar só.”

O dever de manter a relação conjugal como forma de manter a união do núcleo familiar também é um peso que recai essencialmente sobre as mulheres. Tal razão, somada a falta de amparo familiar, levou Gabriela a reatar diversas vezes a relação com seu ex-marido, apesar da instabilidade e do vício em drogas da parte dele. Pela mesma situação passou Valeska, que se manteve em uma relação possivelmente considerada como abusiva como forma de fornecer melhores condições aos filhos.

Em relação ao universo dos cuidados, observou-se que, o Programa Bolsa Família reforçou o sentimento de responsabilidade das mães em relação aos filhos, que se entendem, muitas vezes, como únicas responsáveis. O uso do dinheiro é sobretudo utilizado para atender necessidades dos filhos. Assim, Ellen (40 anos, branca, casada, 2 filhos), ao expressar que se tratava o recebimento dos valores referentes ao programa um direito pertencente a seus filhos, conta que usa o dinheiro para comprar “uma coisa de casa, um doce, uma bolacha, um danone, esses negócios”. De modo similar, Laila fala que o Bolsa Família contribui para aumentar a renda de sua família, utilizando-o para “pagar a perua da escola, para pagar o lanche das crianças, alguma coisa da escola, pra quando passeia, essas coisas”.

Há, inclusive, o entendimento por parte das entrevistadas de que elas recebem o benefício provido pelo programa em decorrência de serem mães. A fala de Ellen é exemplificativa: “porque é direito deles [dos filhos], se parar pra pensar, é direito deles... porque se não fosse através deles, não teria esse benefício”. Tal identificação do benefício aos filhos não é difícil de ser traçada, inclusive, considerando que as próprias entrevistadas estavam em vias de regularizar sua situação frente ao PBF por meio da comprovação de frequência escolar mínima de seus filhos.

Como exceções à regra, encontram-se os casos de Marina (59 anos, negra, solteira, 1 filho) e Regina (42 anos, branca, casada, 5 filhos). A primeira, cujo único filho já é adulto e não mora mais com ela, usa o valor com si própria: “com o dinheiro que eu recebo do Bolsa eu vou e pago uma conta de luz, compro um botijão de gás, uma mistura...”. A segunda, única entrevistada que alcançou o ensino superior, utiliza parte do valor que recebe como forma de integrar o pagamento do curso de serviço social.

Conclusões

Como principal apontamento deste *paper*, tem-se o forte entrelaçamento entre as experiências de trabalho produtivo e reprodutivo, que se implicam mutuamente. Assim, experiências relacionadas à vida familiar, especialmente o casamento e a maternidade, observou-se que estes são fatores que favorecem o distanciamento dessas mulheres de experiências de trabalho produtivo. Verificou-se a vontade do cônjuge como elemento determinante para tal afastamento, quando as mulheres já estavam inseridas no mercado de trabalho, e para a sua não inserção, quando antes já não desempenhavam atividades remuneradas.

O agravamento de problemas de saúde é outro fator que se coloca como obstáculo à permanência no mercado de trabalho. Porém, destaca-se, sobretudo, o dever de cuidado com familiares como principal empecilho, de onde decorre a dificuldade em se encontrar empregos quando se tem filhos pequenos ou que sejam compatíveis com o tempo dedicado ao cuidado infantil. Por sua vez, a inclusão no universo produtivo é comumente caracterizada pelo trânsito entre atividades formais e informais, sendo o desemprego recorrente. A figura dos “bicos”, por diversas vezes sequer reconhecido como trabalho, surge como forma de driblar os efeitos do desemprego. A informalidade dos vínculos de trabalho é predominante entre os relatos das entrevistadas.

Os cuidados intrafamiliares são assumidos, quase sempre, de modo exclusivo pelas mulheres entrevistadas, assim como os afazeres domésticos. A responsabilidade pela esfera da casa e da família influi, inclusive, sobre a decisão de permanecerem casadas ou não. Em relação ao Programa Bolsa Família, observou-se sobretudo o seu papel de reforço ao sentimento de responsabilidade da mulher-mãe referente ao dever de cuidado com os filhos, muito embora os relatos apontem para uma aprovação do programa. O uso do benefício monetário transferido pelo programa é, via de regra, utilizado como complemento de renda a suprir as necessidades dos filhos. Excepcionalmente, o valor é utilizado para atender necessidades das próprias titulares do programa.

Referências bibliográficas:

BERTAUX, Daniel. **L'enquete et ses méthodes: le récit de vie**. 3ª ed. Paris: Armand Colin, 2010.

BRASIL. PR/SPM. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, nov. 2013.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 86, 2006.

CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 14(2): 153-168, jul.-dez./2008

_____. As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. **13º Congresso da Rede Mundial de Renda Básica**. São Paulo, 2010.

CARRASCO, Cristina. Tiempos y trabajos desde la experiencia femenina. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, n. 108, 2009, pp. 45-54.

CATTANÉO, Nathalie; HIRATA, Helena. Flexibilidade. In: HIRATA et al (orgs.), **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, pp. 106-111.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 139-156, 2002 .

_____. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, pp. 24-41.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, pp. 595-609.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: HIRATA et al (orgs.), **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, pp. 251-256.

IPEA; ONU Mulheres; SPM; SEPPIR. In: Mazzini, Mariana Marcondes et al. (orgs.). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011.

IPEA; ONU Mulheres. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 5ª ed. Brasília: Ipea, 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandre Rodrigues. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população Brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA et al (orgs.), **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, pp. 67-75.

LIBARDONI, Marlene. O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero. **International Policy Centre for Inclusive-Growth**, 2008.

MARIANO, Silvana A.; CARLOTO, Cassia M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, v. 7, n. 3, p. 901-908, 2009.

MDS (2015). **Benefícios**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>. Acesso em: 16/08/2018.

MILKMAN, Ruth. **Gender at work: the dynamics of job segregation by sex during World War II**. Urbana: University of Illinois Press, 1987.

OLIVEIRA, A. M. H. C. D et al. Primeiros resultados da análise da linha de base da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família. In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. (Eds.). **Avaliação de políticas e programas do MDS – Resultados**. Brasília: MDS, 2007.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

SANTOS, Yumi Garcia dos. Gênero e pobreza na proteção social e no desenvolvimento social: convergências de agenda por meio de uma gestão sexuada. In: GEORGES, I., SANTOS; Y. G. . **As ‘novas’ políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. PNAD 2009 - Primeiras Análises: Distribuição de renda entre 1995 e 2009. **Comunicados do IPEA**, n. 63, Brasília, 2010.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. **Cuidado, Trabalho e Autonomia das Mulheres**. São Paulo: SOF, 2010.

TAVARES, Priscilla Albuquerque. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 613-635, dez. 2010.